

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO  
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA  
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD  
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA  
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR  
(ESCOLA QUE PROTEGE)**

**JULIANA COSTA HORA**

**A RELAÇÃO ESCOLA X INCLUSÃO SOCIAL**

**SÃO CRISTÓVÃO – SE**

**FEVEREIRO / 2016**

**JULIANA COSTA HORA**

**A RELAÇÃO ESCOLA X INCLUSÃO SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado em forma de Plano de Intervenção em cumprimento a uma das exigências para obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege).

Eixo temático: Sistema de garantias e efetivação dos direitos infanto-juvenis

Orientadora: Profa. Msc. Débora Rodrigues Santos

**SÃO CRISTÓVÃO – SE**

**FEVEREIRO / 2016**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

A large, empty rectangular box with a thin black border, occupying the lower half of the page. It is positioned centrally below the header text and is currently blank, serving as a placeholder for a catalog record or image.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO  
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA  
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD  
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA  
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR  
(ESCOLA QUE PROTEGE)

### COMISSÃO JULGADORA

Plano de Intervenção do/a docente \_\_\_\_\_ intitulado  
\_\_\_\_\_ defendido e aprovado  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ pela banca examinadora composta pelos seguintes  
professores:

---

(Examinador/a 1)

---

(Examinador/a 2)

---

(Orientador/a)

*Cada criança tem características, interesses, capacidades de aprendizagem que lhe são próprios; os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades; as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades.*

(Declaração de Salamanca, 1994).

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço Àquele que me criou, que me proporcionou o dom da vida e que me deu a luz do conhecimento a fim de prosseguir na caminhada e realizar todos os meus objetivos. Ao meu bom Deus toda honra, glória e louvor hoje e para sempre.

À minha linda família por se fazer presente em todos os momentos, dando o suporte necessário para que eu tivesse uma vida plena de amor, respeito e compreensão. Por ter sido o instrumento de Deus para me transformar numa pessoa melhor. Aos meus pais e irmãos, todo amor e gratidão por tudo que já fizeram e continuarão fazendo por mim.

Aos meus amigos pela compreensão da minha ausência no momento em que me dediquei aos estudos e pelo apoio dado, mesmo sem perceberem. Muito obrigada!

À minha orientadora, Débora, que fez o máximo pelo meu desenvolvimento com sabedoria; quando viu minha dificuldade se fez presente e teve toda paciência e tranquilidade quando eu não as tive e conseguiu passar de forma clara e coerente todos os ensinamentos.

Por fim, não menos importante, ao meu esposo Eduardo pela motivação, companheirismo, amor e acima de tudo paciência quando a minha faltava.

## RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de apresentar elementos acerca da efetivação do processo de inclusão na Escola Municipal de Ensino Fundamental BEBÉ TIÚBA após observação in loco no decorrer da pesquisa. A proposta deste Plano de Intervenção é refletir sobre as condições de inclusão social no ambiente escolar. Considerando que a Escola em pauta apresenta problemas estruturais e uma assistência pedagógica com alguns entraves desde a ausência de uma equipe multidisciplinar até as barreiras enfrentadas pelos professores da sala de aula regular para lidar com essas crianças, o que dificulta a aplicação efetiva das diretrizes da Lei que garante a inclusão das crianças portadoras de necessidades educacionais especiais. Partindo dessa observação este Plano de Intervenção apontará caminhos para que de fato se efetive a aplicação da Lei de Inclusão nas escolas, ressaltando o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana de caráter indispensável para aqueles que necessitam de assistência educacional especializada garantindo assim, uma qualidade de vida social e cultural comum a todos os cidadãos, pois, é, principalmente, na escola que se forma o cidadão em pleno exercício de sua cidadania de forma crítica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola. Portadores de Necessidades Educacionais. Educação Inclusiva. Inclusão social.

## ABSTRACT

This paper is intended to provide evidence about the effectiveness of the inclusion process in the Basic Education Municipal School Baby Tiúba after on-site observation during the research. The purpose of this Intervention Plan is to reflect on the conditions of social inclusion in the school environment. Another concern present in this work concerns the social representations present in Brazilian society, or rather in the social imaginary, the various forms of exclusion of people with special needs constructed and represented by stigmas and stereotypes. Considering that the school in question has structural problems and an educational tour with some obstacles from the absence of a multidisciplinary team to the barriers faced by regular classroom teachers to deal with these children, which hinders the effective implementation of the Act guidelines to ensure the inclusion of children with special educational needs. Based on this observation this Intervention Plan will aim ways to actually become effective implementation of Inclusion Act in schools, emphasizing the principle of the dignity of the indispensability of the Human Person for those who need specialized educational assistance thus ensuring a quality of life social and cultural common to all citizens, therefore, is primarily at school that forms the citizen in full exercise of their citizenship critically.

**KEYWORDS:** School. Holders of educational needs. Inclusive education. Social inclusion.

## **METODOLOGIA**

A Metodologia utilizada neste trabalho foi a análise quantitativa que é a mais apropriada para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes. Foi uma análise representativa de um determinado universo, a EMEF Bebê Tiúba, de modo que os dados coletados tais como os resultados esperados poderão ser generalizados e projetados em um outro universo. Para a elaboração deste projeto foi feita uma pesquisa histórica da educação no Brasil, estendendo-se, inclusive, para algumas partes do mundo. Foi levado em consideração todas as prerrogativas para a implementação definitiva da Lei que regulamenta a Inclusão Social. Em seguida, foi feito um relatório associado a um diagnóstico *in loco* da escola analisada a fim de identificar nosso objeto de estudo. Por último foi sugerido um Plano de Intervenção com ações concretas

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>09</b> |
| <b>CAPÍTULO 1: O PROCESSO EDUCACIONAL NO CONTEXTO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS .....</b>  | <b>12</b> |
| 1.1. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA REALIDADE BRASILEIRA E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....                                | 12        |
| 1.1.1 A Base Legal da Educação Inclusiva no Brasil .....   | 16        |
| 1.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS IMPACTOS NO AMBIENTE ESCOLAR: O PAPEL DO PROFESSOR E DA ESCOLA. ....                   | 21        |
| 1.2.1 Processo Inclusivo na Seara da Educação: Portadores de Necessidades Educacionais Especiais .....             | 2         |
| 1.2.2 O Papel do Professor e o Currículo Escolar: os Impactos nas Ações/Abordagem Pedagógicas .....                | 26        |
| <b>CAPÍTULO 2: DIAGNÓSTICO .....</b>   | <b>30</b> |
| <b>CAPÍTULO 3: PROJETO DE INTERVENÇÃO .....</b>  | <b>35</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>40</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>  | <b>42</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>   | <b>46</b> |
| Anexo 1- DOCUMENTO BASE PARA CONSTRUÇÃO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DE ARACAJU - EDUCAÇÃO ESPECIAL ..... | 47        |

## INTRODUÇÃO

A Escola analisada para formatação deste Plano de Intervenção – PI - foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental BEBÉ TIÚBA, situada no Conjunto Médici, na cidade de Aracaju Estado de Sergipe, Unidade de Ensino que faz parte do quadro de escolas da Prefeitura Municipal de Aracaju. Trata-se de uma comunidade escolar bastante diversificada, que, apesar de ser considerada de pequeno porte, apresenta um quantitativo bastante expressivo de crianças com necessidades educacionais especiais.

Considerando que instituição em tela é lócus de nossas atividades laborativas, registra-se que as observações se deram no paralelo do desempenho de tais atividades. Destaca-se, que no transcurso deste alhar alinhando a compreensão ante os princípios da educação inclusiva, foi identificada a necessidade de um apoio aos educadores para trabalhar adequadamente com a questão da inclusão social de crianças com de necessidades especiais, onde para tanto se faz essencial investimentos para habilitá-los profissionalmente e conseqüentemente corresponder às demandas dessa clientela.

Assim, frente a problemática identificada, acrescento ainda o fato da superlotação, que visivelmente dificulta as possibilidades de êxito nas ações, registra-se a necessidade de um repensar e conseqüente gestão/adequação da escola voltada para o cumprimento da legislação referente aos direitos infanto-juvenis dos/as estudantes com necessidades educacionais especiais.

Este Plano de Intervenção tem como objetivo observar os elementos referentes à efetividade na aplicação da Lei de Inclusão nas escolas, ressaltando o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Este princípio norteará o presente Plano de Intervenção (PI) por ser um rigoroso critério de resolução de conflitos sendo, inclusive, considerado um princípio constitucional visto que está acima de todos os outros princípios constitucionais.

A relevância deste trabalho é de caráter indispensável e de intensa responsabilidade, pois fomenta uma cultura de Direitos Humanos no ambiente escolar. Tendo em vista a necessidade de promover a igualdade de direitos, este PI possibilitará a abertura da comunidade escolar para o conhecimento acerca das diretrizes que norteiam a Educação Inclusiva. Espera-se com isto uma busca incessante por parte dos gestores escolares e das famílias interessadas por uma educação mais justa e coerente para todas as crianças, com necessidades especiais e, também, para aquelas ditas normais.

Foi feito um breve levantamento histórico acerca dos problemas enfrentados no passado pelo não reconhecimento dos direitos humanos e, por conseguinte, o desrespeito ante sua condição de cidadão, onde o registros mostram que a sua inserção no universo dos letrados, na ocasião da instalação do capitalismo, não se deu por uma realidade de valoração, mas pela necessidade de ajustá-los ao processo produtivo, que se iniciava e se perfilava explorador e desumano.

Na sequência foi feito um diagnóstico sobre o ambiente escolar através do estudo do Regimento Interno e do Projeto Político Pedagógico (PPP), analisando seus principais elementos, bem como suas contradições. Foi feita referência a um caso que nos chamou a atenção pela completa falta de apoio dado à família e principalmente à criança portadora de necessidade especial, no caso, autismo severo.

Não há como negar que este assunto é bastante atual no que tange ao seu discurso, inclusive, envolvendo a obrigatoriedade para que se faça cumprir a Lei; porém, existem algumas questões elementares para serem analisadas e, futuramente, respondidas no que tange à sua efetividade no campo das ações, tais como:

- ✓ O que de fato está sendo feito para que se cumpra a Lei da Inclusão Social?
- ✓ As Escolas estão preparadas estruturalmente, pedagogicamente e, principalmente, com uma equipe multidisciplinar para receber esta clientela tão particular?

Ver-se-á no decorrer do presente estudo que, no papel, a lei se mostra expressiva, mas na prática ela esbarra em algumas dificuldades de cunho organizacional, estrutural e de uma ausência de equipe especializada para lidar com crianças com deficiência e com necessidades educacionais especiais. Organizacional quando se observa que o ensino básico é prisioneiro da transmissão de conhecimentos e sua reprodução em avaliações que irão justificar sua aprendizagem, ou não. Estrutural quando nota-se que algo tão importante para o trabalho com este público, como a sala de recursos, não existe, a exemplo das escolas da Rede Municipal de Ensino, que serviram de parâmetro observacional, a exemplo da citada neste material, o que torna inviável o exercício pleno da Educação e da Cidadania. E ausência de equipe especializada porque o professor em sala de aula nem sempre tem a competência em lidar com tais crianças; não faz parte dos pré-requisitos de ingresso neste no Ensino Regular a habilitação em Educação Inclusiva.

Para que haja a verdadeira interação professor-aluno é necessário que o professor da Educação Básica e os especialistas de educação das escolas tenham conhecimento sobre o que é deficiência, quais são seus principais tipos, causas, características e as necessidades educacionais de cada deficiência. O professor precisa, antes de tudo, ter ampla visão desta

área, que deve ser proveniente de sua formação acadêmica, além de uma formação continuada.

Quando se faz referência ao professor, é preciso que seja salientado que o município para tais qualificações, demanda investimento, os quais deveriam advir das instituições, realidade que sugere uma gestão que não se sustente na teoria do capital humano - repassando para os profissionais a plena responsabilidade de com recursos próprios aprimorar seus conhecimentos -, devendo sim, as instituições, pleiteando retornos para clientela usuária de seus serviços, investir na qualificação dos prestadores desses serviços.

É importante que os professores tomem ciência do diagnóstico e do prognóstico do aluno com necessidades educacionais especiais, entrevistem pais e/ou responsáveis para conhecer todo o histórico de vida desse aluno, a fim de traçar estratégias conjuntas de estimulação família-escola e comunidade.

Assim, neste alinhamento, registra-se que o material em voga foi desenvolvido sob o objetivo de analisar o processo de inclusão no atendimento das crianças com deficiência e com necessidades educacionais especiais matriculadas na Unidade de Ensino, avaliando todo processo no que tange as questões estruturais e pedagógicas, contemplados alguns objetivos específicos que foram: verificar se as crianças com deficiência são atendidas na escola conforme a Lei; Levantar dados referentes às dificuldades que os professores enfrentam no processo da inclusão; relatar as principais causas que levam ao acompanhamento inadequado das crianças com deficiência e com necessidades educacionais especiais.

## **CAPÍTULO 1: O PROCESSO EDUCACIONAL NO CONTEXTO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPEICIAIS**

Tratar da questão relativa ao processo educacional no contexto dos portadores de necessidades cognitivas especiais, na perspectiva da educação inclusiva, considerando ser um espaço complexo - na medida em que abarca interesses antagônicos -, requer que se tenha por norte o entendimento de que a educação é um espaço de conflitos, mas ao mesmo tempo se constitui a oportunidade de crescimento pessoal e social para aqueles que buscam abstrair e se municiar perante os obstáculos que as relações sociais constantemente constroem.

Posto isso, para um melhor entendimento, será tomada por parâmetro a realidade brasileira, que efetivamente detém os elementos necessários para o procedimento das análises sob a perspectiva de um contexto assentado em princípios capitalistas.

### **1.1. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA REALIDADE BRASILEIRA E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Para entender o processo educacional que compreende uma questão complexa, é importante inicialmente que se entenda o que seja o ato de educar, tanto no âmbito informal como formal. Sobre essa questão Brandão (1986, p. 54-55) enfatiza:

Ação e efeito de educar, de desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e morais da criança e, em geral do ser humano, disciplinamento, instrução, ensino. Ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações jovens para adaptá-las à vida social; trabalho sistematizado, seletivo, orientador, pelo qual nos ajustamos à vida, de acordo com as necessidades ideais e propósitos dominantes [...]; aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas.

Então, o ato de educar em âmbito informal, é aquele que acontece de forma assistemática, onde se dá a socialização, e em âmbito formal que acontece de forma sistemática, é aquele que se preocupa com o desenvolvimento intelectual.

A educação formal é aquela que é realizada em instituições de ensino, em que seguindo um conteúdo programático, necessita de profissionais com habilitação pedagógica, em que a mesma tem sido entendida na sociedade capitalista, como um espaço para repassar ideologias que favoreçam a ordem social, sendo percebido assim, o seu aspecto político.

Dessa forma, a educação pode ser vista como uma prática social e histórica concreta. A educação é, então, um “processo sócio-cultural que se dá na história de uma determinada

sociedade, envolvendo comportamentos sociais, costumes, instituições, atividades culturais, organizações burocrática-administrativas” (SEVERINO, 1996, p.57).

Numa perspectiva crítica, Frigotto (1993, p.151) com bastante propriedade, diz:

A função da escola, nesse contexto, se insere no âmbito não apenas ideológico do desenvolvimento de condições gerais, da reprodução capitalista, mas também no das condições técnicas, administrativas, políticas, que permitem ao capital ‘pinçar’ na expressão de Gianotti de dentro dela aqueles que, não pelas mãos, mas pela cabeça irão cumprir as funções do capital no interior do processo produtivo.

Portanto, a escola desenvolve suas atividades promovendo ensinamentos que não se preocupam apenas com o desenvolvimento do educando, mas também, para favorecer a classe dominante.

Dada uma explicação preliminar de como é entendido o processo educacional, a partir de então, será feita uma reflexão sobre o sistema educacional brasileiro, ou seja, a educação enquanto elemento contraditório no sistema capitalista.

No Brasil, as primeiras experiências com atividades educativas, remontam ao Período Colonial, onde os jesuítas ficaram encarregados de cristianizar os índios e difundir noções de civilização. Essa atividade se constituiu essencial para a Colonização Portuguesa.

Daí se observa que a educação reprodutora tem nas suas bases a ideologia da dominação, onde não se investe na aprendizagem do conhecimento, repete-se àquilo que a classe dominante transmite de maneira tal que se formam seres vazios de saber. É assim que se estabelece a educação no Brasil.

Com as mudanças decorrentes do capitalismo, que alterou a sociedade como um todo, nos anos 1930, quando se deu na verdade o capitalismo no Brasil, houve a necessidade de adequar os brasileiros a essa nova estrutura social, resultando, portanto, na urgência vivida pelos governantes de adotar medidas de forma a corresponder à nova realidade. E dentre as medidas, que os governantes adotaram, estavam às ligadas a educação, pois havia a necessidade de preparar a população para o processo de industrialização, onde assim, se deu o surgimento de cursos supletivos e profissionalizantes. Assim Romanelli, 1995, p.165-166) afirma:

o país acaba de enfrentar, na década de 1930, a fase de expansão da indústria que exigia, portanto, que algumas medidas fossem tomadas no sentido da preparação da mão- de- obra. O sistema educacional, todavia, não possuía a infra – estrutura necessária à implantação em larga escala do ensino profissional.

É importante frisar que nesse momento específico, o homem é acentuadamente desconsiderado na sua condição de pensador, pois a educação adotada tem uma grande contribuição na formação da consciência do homem passivo ao sistema, e não consegue levar o homem a se descobrir como sujeito da própria libertação, pois o seu próprio funcionamento repete a estrutura hierarquizada, reproduzindo as relações de dependência, de dominação, que não conseguem despertar para realidade vigente. Diante de um sistema que dita às formas de indivíduos que quer formar de maneira alheia a sua situação, de sujeito situado no mundo. Cria assim, uma cultura de “dominação”, isto é, a cultura do silêncio aceitando a tudo sem questionar.

Já na década de 1960, outro período também de grandes mudanças - com o Regime Militar -, a educação foi beneficiada com a criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que possibilitou o crescimento acelerado do ensino privado, favorecendo assim, para o acúmulo de capital, pois, a Constituição de 1967, conforme Emenda de 1969, determinou a imunidade fiscal para os donos de escolas particulares.

A expansão do ensino privado contribuiu para a piora do ensino público, onde o governo buscando diminuir a diferença na qualidade entre o aprendizado da população elitizada e da população carente, em 1968 com a Lei 5.537, criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que liberava financiamentos para “projetos de ensino e pesquisa, inclusive alimentação escolar e bolsas de estudos para alunos carentes na rede privada.” (OLIVEIRA, 1995, p. 16).

As políticas elaboradas para o setor educacional tiveram um grande avanço na década de 1970, quando em 1971 conforme Lei 5.692, o Governo Federal, promulga a segunda LDB, que tinha o objetivo de favorecer os alunos com ensinamentos importantes para que eles pudessem alcançar uma autorrealização, habilitação profissional e senso crítico, no entanto, essas medidas não resgataram a qualidade no ensino.

E com a elaboração da constituição de 1988, são criadas as bases para favorecer a criação do Plano Decenal de Educação, que se voltava basicamente para “elaborar parâmetros claros no campo curricular capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório [...] a busca da melhoria da qualidade de ensino nas escolas brasileiras.”<sup>1</sup>

A partir dos anos 1990 o neoliberalismo entrou no Brasil. Este modelo político se caracteriza por um Estado-mínimo para o social, pela desregulamentação econômica,

---

<sup>1</sup> BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, 1997. p. 15.

prejudicando os direitos sociais da legislação vigente, teve como resultado a Reforma do Estado e os rebatimentos nas políticas públicas, atingindo também a política educacional, que atualmente apresenta um estado caótico, em que se percebe o descaso público, a precarização e o sucateamento.

De acordo com Mendes (1980, p. 30), identifica a escola como protótipo do sistema de repressão, quando salienta:

Assiste-se na escola, assim como em outros espaços institucionais, do sistema à presença de relações sociais esvaziadas de competitividade, do raciocínio fazendo com que a prática pedagógica, seja a tradução de uma violência simbólica, na medida em que tenta inculcar nas crianças de modo particular nos das classes dominantes que devem estudar para seguir o exemplo do pai, com saberes práticos envolvidos totalmente na ideologia dominante.

É marcante na educação dominante a desconsideração com o outro, sendo de uma falta de humanização do processo Educativo. Muitas vezes, a educação como prática da dominação, que vem sendo objeto de ingenuidade dos educandos, pretende, em seu marco ideológico, acomodação ao mundo de opressão, ou seja, conforme ressalta o teórico ora citado, introjeta aos homens conformados com a situação em que está mergulhado. “Em sua alienação, os oprimidos querem na maioria das vezes, a todo custo, se parecer com o opressor, imitando-os em suas ações”. (MENDES, 1980, p. 80)

O sistema educacional tem influência na vida do homem, ou seja, o indivíduo necessita deste para transformar a realidade através do despertar e libertação do homem. Num país como o Brasil, tornar a educação verdadeiramente universal, socializada do saber, é tarefa das mais importantes, tendo em vista o seu papel de instrumentalização de seres humanos sujeitos, capazes de agir, refletir, criticar, mediante sua ação com o sistema.

Na conjuntura neoliberal, foi aprovada na década de 1990, mais precisamente em 20 de dezembro de 1996, conforme Lei Federal 9.394, a nova LDB, que apresenta diretrizes que objetiva garantir a qualidade do ensino, como também, assegurar a universalização do mesmo. Essa nova LDB, traz uma preocupação que se refere ao fato de que o ensino fundamental proporcione conhecimentos que possa vir a ajudar os educandos a exercitarem a cidadania.

Desta forma, necessita-se de uma interação entre educação e o sistema, pois um depende do outro para formar homens ditos “de verdade”, capaz de transformar a situação de opressão em libertação de pensamento, uma vez que a educação reprodutora não permite que o indivíduo se reconheça como sujeito que tem valor de ser, levando-o por apenas depositário

de conhecimentos pré-concebidos, tornando-o incapaz de expor os seus pensamentos; sendo como um controle esmagador e massificador que leva o indivíduo a perder sua identidade.

Portanto, a nova LDB, demonstra uma grande preocupação com questões voltadas para uma educação democrática em que o aluno, possa adquirir um senso crítico que possa ajudá-lo a fazer uma leitura de sua realidade.

A nova LDB mostra em alguns momentos uma evolução nas questões educacionais na realidade brasileira, mas que só pode surtir efeito se existir condições humanas e materiais, porque, tanto a escola precisa ter uma infraestrutura adequada, como também, ter profissionais que sejam comprometidos com a cidadania dos educandos.

A escola aqui tratada é vista como uma instância social que reflete o Estado capitalista e como tal é uma instituição contraditória que reproduz o modelo social - ideologia dominante -, mas que contém espaços estratégicos para a transformação da sociedade.

Os problemas que hoje se apresentam nas escolas, são tratados através de políticas públicas de educação, que servem muito mais para manter o modelo econômico e político vigente. Isto leva ao entendimento de que as questões que se agravam a cada dia nas instituições de ensino, foram se reproduzindo historicamente pelo tipo de sistema excludente existente e que, portanto, para que estas questões sejam resolvidas, se faz necessário, não só uma ação em nível da própria instituição, mas em nível mais amplo, a partir da mudança do Estado e seus políticos. É preciso ver a escola numa perspectiva dialética, que serve a um modelo de sociedade, logo para um projeto conservador uma instituição conservadora; para um projeto democrático uma instituição democrática, participativa.

Apreendida informações gerais sobre o processo da Educação e dispositivos legais que vieram ao longo da história dando o suporte para sua efetividade, nesse momento se faz premente pautar observações acerca de legislações que pautem direcionamentos para o ensino formal junto ao público que apresenta necessidades educacionais especiais.

### **1.1.1 A Base Legal da Educação Inclusiva no Brasil**

Hoje, necessita-se de uma educação que promova o debate entre o homem, a natureza e a cultura, entre o homem e o trabalho, enfim, entre o homem e o mundo em que vive. É uma educação consciente libertadora, e, como tal, prepare o homem para viver o seu tempo, com as contradições e os conflitos existentes, dentro de suas limitações, conscientizando-o da necessidade de intervir no presente para construção e efetivação de uma melhor educação.

Sob essa premissa as observações buscarão dar visibilidade a trajetória da Educação Especial, enfatizando-a no contexto brasileiro, partindo do entendimento que a exemplo de outras realidades sociais, essa depara-se com questões culturais, que muitas vezes se constituiu entraves ante as demandas apresentadas por esse segmento da sociedade.

A Educação Especial que se insere no bojo das ações inclusivas no processo educacional, teve na Declaração de Salamanca (1994) - Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências - a compreensão de ser um marco inicial de seus propósitos. No Brasil, esboçam-se as discussões na década de 70, vindo a se tornar expressiva com a promulgação da Constituição Federal/1988 e posteriormente a LDB/1996. Sobre essa questão Rogalski, (2010, p. 1) afirma:

No Brasil, até a década de 50, praticamente não se falava em Educação Especial. Foi a partir de 1970, que a educação especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais.

É importante salientar que, embora o esboço mais delineado date dos anos 70, já década de 30, momento de instalação do capitalismo no Brasil, percebia-se movimentos na sociedade civil em prol desse segmento social, onde no tocante a Educação “algumas ações visando a peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular”. (JANNUZZI, 2004, p.34).

Ficou também esclarecido nas observações do referido estudioso, que o governo na ocasião não assumiu responsabilidade com a educação em tela, contribuía com entidades filantrópicas, a exemplo do Instituto Padre Chico – para cegos, fundada em São Paulo em 1927-, que veio em 1954, tornar-se de utilidade pública. Também em 1954, foi ano marcado pelo surgimento do movimento das “Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e aumenta o número de escolas especiais”. (DALL’ACQUA, 1997, p. 1).

A partir desse momento as discussões e consequentes legislações pontuavam a necessidade de que educação pautasse ensinamentos no sentido “ajudar o deficiente a adquirir condições e os padrões da vida cotidiana o mais próximo possível do ‘normal’ introduzindo essa pessoa na sociedade”. ((ROGALSKI, 2010, p. 1).

A história registra que foi um processo de ostensivas lutas, onde a formatação da Educação Especial atraía a destinação de um tratamento especial a esse público portador de necessidades especiais – elementos inclusivos -, conforme reza nos “textos da lei 4024/61 e da

5692/71, hoje substituída pela nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9394/96” (ROGALSKI, 2010, p. 1).

Visualiza-se avanços com a instituição dessas leis, pois a lei nº 4.024/61, embora não tenha havido alteração ante o que estava contemplado no bojo da reforma Capanema (1942)<sup>2</sup>, promoveu quebra na rigidez em prol da equivalência dos recursos. Segundo Kassar (1999, p. 37), a partir dessa lei:

Começa a explicitar o interesse pelo deficiente, tendo em vista que, na sociedade como um todo, fala-se em ingresso à escola de parte da população economicamente menos favorecida à escolarização, [...] “a partir desse momento, notamos a preocupação dos poderes públicos com os problemas de aprendizagem e com a educação especial propriamente.

Sobre a lei 5.692/71, registra-se que atenção a demanda de alunos com problemas, esse dispositivo veio sob a perspectiva de organizar a educação e as classes especiais, criando o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP -, na sequência estruturou a Secretaria de Estado de Educação e o serviço de Educação de Excepcionais, definindo-se mais tarde Departamento de Ensino Especial. O Governo de Médici – 1969-1974 -, foi palco da consolidação da expressão Educação Especial. (SASSAKI, 2002).

É relevante enfatizar que nesse período, não se apresenta uma política pública de inclusão social no âmbito educacional, posto que permanece a concepção de “políticas especiais” para tratar da educação de alunos com deficiência.

É verdadeiro, entretanto, que os avanços continuam acontecendo, posto que ainda na década de 70, o Brasil foi cenário de universidades ofertando cursos de mestrado em Educação Especial. E nos anos 80, impetram-se movimentos em prol dos direitos de pessoas deficientes. (SASSAKI, 2002).

As leis voltadas para assistir os portadores de necessidades especiais, no caso em questão no âmbito da Educação, foram sendo elaboradas, umas mais específicas e outras de caráter mais abrangentes, a exemplo da Constituição Federal/88, que no seu texto aponta o resguardo às práticas cidadãs. Essa em sua força maior, no seu papel ordenador dos movimentos da sociedade, trouxe capítulos e artigos com tônica inclusiva, que pode ser ilustrada no art, 3º, Inciso IV, no campo dos objetivos fundamentais que preceitua:

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

---

<sup>2</sup> Nome da reforma do sistema educacional brasileiro realizada durante a Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema. Essa reforma, de 1942, foi marcada pela articulação junto aos ideários nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo”. (MENEZES, 2001)

A Constituição Federal/88, na medida em que trata de questões voltadas as políticas cidadãs de forma abrangente, ela também foca as orientações á práticas setorizadas, como faz no tocante a Educação por via de seus artigos 205 e 206. E dentre os dispositivos legais voltados para as práticas inclusivas, para o asseguramento da educação sistemática, pode-se citar também o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, que no artigo 55, reforça os dispositivos legais citados acima ao estabelecer que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

Salienta-se também que o Brasil foi alvo de influência em nível mundial, por via de documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e como a Declaração de Salamanca (1994), anteriormente citada, onde se verifica uma atenção especial as crianças na sua individualidade e limitações.

Assim, nesse processo evolutivo em prol do atendimento as crianças portadoras de necessidades especiais, o destaque dado a Política Nacional de Educação Especial/1994, voltada para integração instrucional, se faz apropriada, ao esclarecer que “condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que [...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais”<sup>3</sup>. Ressalta-se que embora não inove práticas de forma a valorizar “ diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantém a responsabilidade da educação desses estudantes exclusivamente no âmbito da educação especial”<sup>4</sup>.

A LDBEN, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, reza em seu texto o resguardo ao ensinamento junto aos alunos com deficiência, onde os instrumentais de aprendizagem promovam as condições para possam concluir o ensino fundamental em meio as suas limitações. Em 1999, a Lei nº 7.853/89 por via do Decreto nº 3298, em seus preceitos afirmativos traz a “educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular”<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> POLÍTICA Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em 25 nov 2015., p. 3

<sup>4</sup> Idem. p. 3

<sup>5</sup> Ibidem p. 4

Nesse processo de valiosos avanços as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Na busca de atender essa demanda, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, dá atenção a Formação de Professores da Educação Básica, orientando assim para instituição de canais de habilitação de docentes para o atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais. Essa realidade se torna concreta em 2003, por via de ações efetivadas pelo MEC - Programa Educação Inclusiva.

Outros dispositivos em prol da legitimação do ensino aos portadores de necessidades especiais se inseriram no cenário nacional, a exemplo do documento produzido pelo Ministério Público, em 2004 - Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular -, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006 - o Brasil é signatário.

A referida Convenção na perspectiva da educação inclusiva estabelece algumas medidas, em prol de garantias de:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

Nessa perspectiva ressalta-se também o que versa o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que em seus artigos, incisos e parágrafos, é contundente no respeito, cuidado e atenção que deve ser dado aos portadores de necessidades especiais, e no tocante a educação, o seu capítulo IV, que bem representa o conjunto dos dispositivos legitimadores dessa seara, é cristalino e pode ser ilustrado por via do artigo 40 ao expressar:

Art. 40. É direito fundamental da pessoa com deficiência à educação, a fim de garantir que a mesma atinja e mantenha o nível adequado de aprendizagem, de acordo com suas características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar a educação de qualidade à pessoa com deficiência,

colocando-a a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão escolar.

Depreende-se a necessidade de uma atenção especial a esse segmento de alunado, posto que em suas necessidades especiais, apresentam dificuldades cognitivas que demanda um tratamento diferenciado, pautado na proposta cidadã, no processo ensino-aprendizagem.

## 1. 2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS IMPACTOS NO AMBIENTE ESCOLAR: O PAPEL DO PROFESSOR E DA ESCOLA.

Fazer menção a proposta cidadã de imediato o pensamento é remetido à proposta inclusiva, e nesse sentir é fundamental que se tenha o concreto entendimento em que consiste inclusão, posto ser um vocábulo que tem significado abrangente, vez que atrai elementos abstratos – respeito, solidariedade, valorização e outros -, que dão real sentido ao homem na sua condição de SER SOCIAL. Assim é consistente o conceito elaborado por Sheppard (2006 apud BORBA; LIMA, 2011, p. 221) que expressa:

A inclusão social está relacionada com a procura de estabilidade social através da cidadania social, ou seja, todos os cidadãos têm os mesmos direitos na sociedade. A cidadania social preocupa-se com a implementação do bem-estar das pessoas como cidadãos.

Depreende de tais expressões, que a inclusão compreende um fenômeno social, que na sua negação ao processo de exclusão, atrai elementos que formatam em seus variados eixos – de um olhar cidadão para a população -, a materialização da dignidade humana.

É fato que a inclusão se tornou uma necessidade decorrente da vulnerabilidade que a população vivencia no contexto sócio-capitalista, cujas práticas produzem e reproduz imperativos sociais pautados na exploração e depreciação do homem na condição de autor de sua história. Quanto a esse entendimento Mazzota (2005, p. 16) efetiva as seguintes observações:

Considerando que de modo geral, as coisas e situações desconhecidas causam temor, a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas portadoras de deficiência, por “serem diferentes”, fossem marginalizadas, ignoradas. A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito [...] incluindo perfeição física e mental. E não sendo “parecidos com Deus”, os portadores de deficiência eram postos à margem da condição humana. [...] pessimistas fundamentados na ideia de que a condição de “incapacitado”, “deficiente”, “inválido” é uma condição imutável.

Identifica-se a presença de valores que, por força cultural, os portadores de necessidades especiais, a exemplo dos da área educacional, ao longo da história receberam diferentes nomes, tratamentos e considerações, pois a percepção dava-se sob a correlação com os valores sociais, filosóficos, éticos e religiosos de cada período, em acordo com as representações sociais vigentes. Pensamento defendido por inúmeros estudiosos, dentre eles Peranzoni & Freitas (1998).

Percebe-se dessa forma, que a problemática vivenciada pelos deficientes foi algo de grande monta, ainda com fortes resquícios nos dias atuais, ficando esclarecido que não se constituiu como mera estratégia do capital, sob forma superficial em que facilmente pudesse ser diluída, e sim resultante de um enraizamento ideológico<sup>4</sup> que requereu e ainda requer ostensivos debates com vistas a esclarecimentos e consequentes respeito aos seus portadores.

Estudos que abordam a temática da inclusão que se ilustrado por uma moeda compreende o anverso da marginalização, esclarece que a inclusão que teve suas bases no processo de industrialização, no âmbito da econômica, diante da necessidade de habilitar os deficientes para o processo produtivo, embora ser um momento de contramão a preocupação com o bem estar dos indivíduos, foi o marco inicial para inserção dos portadores de necessidades especiais no processo do ensino sistemático.

Esse entendimento se respalda nas expressões de Pacheco; Alves (2015, p. 1)

Foi com a Revolução Industrial e o modo de produção capitalista, que valorizava o potencial produtivo das pessoas, que houve a necessidade de estruturação de sistemas nacionais de ensino e escolarização para a população potencialmente produtiva da época, o que podemos chamar de 'momento da educação'. Neste contexto, era necessário formar cidadãos produtivos visando o aumento de mão-de-obra para a produção. Foi, neste período, que houve uma atitude de maior responsabilidade pública pelas necessidades do deficiente, pois estes começam a ser vistos como potencialmente capazes de executar tarefas nas indústrias.

Vê-se em tais observações, que a inclusão basicamente se movimenta por via da educação, posto ser visível que o processo educativo é fundamental para o desenvolvimento do homem numa sociedade sob princípios capitalistas, que demanda práticas produtivas e na atualidade – contexto globalizado -, isso se torna mais evidente, na medida em que se tem requerido maior qualificação informacional por parte de seus dinamizadores.

Independente dos interesses que permeiam a sociedade orientada pelos princípios capitalistas, é fato que a educação tem seu valor legítimo no sentido de fornecer elementos

---

<sup>4</sup> Ideologia consiste em um mecanismo propagador de juízo de valor, acerca de determinada situação, sob o intuito de universalizar ideias favoráveis à hegemonia da classe divulgadora. Ver In: CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo, 1996.

que dá ao seu público alvo, instrumentos necessários a vivência na dinâmica social. Sobre esse entendimento Minetto (2008, p. 19 apud CAMARGO; MICHELON, 2015) aduz:

A educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de convívio, com qualidade de vida, de uma pessoa na sociedade; viabiliza, portanto, com um caráter cultural acentuado, a integração do indivíduo com o meio. A ação pedagógica conduz o indivíduo para a vida em sociedade, produzindo cultura e usufruindo-se dela. É certo que as modificações em todos os âmbitos da sociedade afloram as desigualdades, de modo a impulsionar discussões sobre as exclusões e suas consequências e lançar a semente do descontentamento e da discriminação social, evidenciando-se a necessidade de mudanças nas políticas públicas.

É relevante registrar que a inclusão no cenário brasileiro, só veio ganhar força no contexto social, mais especificamente na seara da educação junto aos deficientes, no século XX, nos idos 50, realidade oriunda da “influência das experiências concretizadas na Europa e EUA” (MAZZOTTA, 1999, p. 17)

Sabe-se que a inclusão, que consiste num fenômeno social que se depara com a necessidade de um repensar, um olhar acolhedor, solicita daqueles que a adota como filosofia no trato junto aos que sofrem discriminação, entender para si e para os outros os direitos democráticos e igualitários da inclusão. Embora haja problemas com a igualdade e diferença no sentido de definir defesas diante das situações que envolvem os diferentes/vulneráveis sociais, concorda-se com Santos (1999): “Temos o direito à igualdade, quando a diferença nos inferioriza; temos o direito de sermos diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza”.

Assim, credita-se à Inclusão Social, um caminho utilizado na sociedade contemporânea para minimizar os entraves gerados diante das diferenças existentes entre as pessoas, se constituindo um formato justo de convívio entre os atores sociais, de maneira a dignificá-los, que se impere o respeito ante as limitações físicas e/ou psíquicas presente em uma parcela de indivíduos.

### **1. 2. 1 Processo Inclusivo na Seara da Educação: Portadores de Necessidades Educacionais Especiais**

Inicia-se conceituando o que efetivamente significa a inclusão no universo da educação sistemática. Neste toar, salienta-se o produzido por Rogalski (2010, p. 1) que diz que “a inclusão é um processo educacional através do qual todos os alunos, incluído, com deficiência, devem ser educados juntos, com o apoio necessário, na idade adequada e em escola de ensino regular”.

Observa-se que no âmbito da educação, a inclusão se materializa por via de uma atenção efetiva às necessidades apresentadas pelo segmento da sociedade que portem deficiência no processo cognitivo, que requeiram um tratamento diferenciado em prol da minimização da situação-problema.

Em análise da inserção da inclusão no contexto escolar, visivelmente tem se constituído um viés positivo no universo dos alunos portadores de deficiência, atraindo nesse processo o despertar desse público específico e da sociedade de um modo geral, o entendimento de que ser cidadão é estar numa situação de pertencimento no lócus que assume o status de dinamizador. Sobre essa compreensão Sasaki (1997, 18), afirma:

A inclusão escolar é vista como a melhor alternativa para os alunos segregados da escola regular, já que ela: ‘representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que pertencer é um direito e não um status privilegiado que deva ser conquistado’.

A inclusão no contexto da educação tem uma importância ímpar, pois nessa conduta está embutida questões que se associam a auto estima e por via de consequência contribui para a crença desses alunos em seu potencial cognitivo-produtivo.

Assentando-se nesse entendimento, é verdadeiro expressar que a o ensino na perspectiva inclusiva, ao desenvolver uma aprendizagem respeitando as peculiaridades que insere esse aluno no segmento de portadores de necessidades especiais, resulta em “uma escola onde toda a criança é respeitada e encorajada a aprender até ao limite das suas capacidades” (CORREIA, 2003, p. 12)

Visualiza-se na atualidade, que o processo inclusivo tem sido cantado e decantado, no entanto, é preciso que se tenha a consciência e compreensão, que este demanda esforços e re-estruturação contínua, alinhando-se com as necessidades que vão se pronunciando no cotidiano do indivíduos, realidade que se assenta na elaboração/implementação de políticas afirmativas. Esse entendimento reafirma-se nas observações procedidas por Facion (2009, p. 203).

Incluir não é simplesmente levar uma criança com deficiência a frequentar o ensino regular. A inclusão é uma conquista diária para a escola, para a criança e para seus pais. Todo dia é um dia novo na inclusão.

A construção de uma educação inclusiva, segundo estudiosos preocupados com a realidade dos portadores de necessidades especiais, que visualizam na educação uma

sociedade com culturas reconstruídas no sentido de enxergarem os indivíduos em suas diferenças, mas iguais no resguardo dos direitos, não se limita apenas em habilitá-los para o mundo do trabalho, e nem apenas para fortalecê-los diante das possíveis discriminações a que forem submetido, mas na igual proporção, re-formatar e formatar valores juntos aos alunos em sua totalidade, no sentido de evocar valores que possam ser incutidos em prol de relações otimizadas, onde os ditos “diferentes”, sejam igualmente respeitados. Sobre esse entendimento Serrano (2005, p. 69) aduz:

Novos e complexos desafios se colocam, de forma irreversível, aos sistemas educativos em geral, os quais, pressionados pela inevitabilidade de educar para e na diversidade, são confrontados, portanto, com a questão de como tornar as escolas verdadeiramente inclusivas. Ou seja, de como devem as escolas organizar-se para serem capazes de lidar, eficientemente, com as diferenças, independentemente da sua origem, ou natureza.

Observa-se que em sua maioria, as literaturas ao tratar sobre a educação inclusiva dão maior atenção para os cuidados que deve existir no sentido de que seja considerado as particularidades desses alunos, no tocante a um ritmo diferenciado no processo da aprendizagem, não dando, no entanto, igual atenção a aceitação dessas diferenças - físico e/ou mentais -, em convívios sociais pautados em tolerância, respeito e outras figuras abstratas que ecoem o bem estar social, afigurando-se a necessidade de formação de valores que consolidem a justiça, os princípios democráticos.

Nessa perspectiva são apropriadas as expressões de Freire (2005, p. 13) ao ressaltar que “a inclusão não é uma utopia, mas uma oportunidade a ser realizada, desde que todos nós iniciemos uma luta contra nossos preconceitos e formas mais mascaradas de práticas de exclusão”. Alinhando-se a tais considerações, pode-se chamar a atenção não só para a produção de ensinamentos que venham dar conta das políticas públicas afirmativas na assistência aos portadores de deficiência, mas como já dito, na produção de valores que não se limitem as relações intramuros das instituições educativas. Para tanto é premente que o corpo docente, ou seja, todo o aparato institucional seja gerenciado e movimentado por pessoas com pensamento reflexivo-transformador, dando a esse segmento de alunado o conforto essencial, onde diferenças de qual ordem for, percam a conotação inibidora do exercitar a cidadania.

## **1. 2. 2 O Papel do Professor e o Currículo Escolar: os Impactos nas Ações/Abordagem Pedagógicas**

Hoje, tornou-se corriqueira a presença de portadores de necessidades educacionais especiais no dia-a-dia das instituições escolares, realidade que só terá valor se essa presença consistir na implementação de ações sócio-pedagógicas favoráveis ao desenvolvimento social e intelectual desse segmento carente de abordagens e processo de ensino que respeite suas diferenças.

Com base em tal premissa, pontuam-se os princípios da educação inclusiva, salientando que nas instituições seu processamento não se baseie meramente na mudança de conceitos, mas que efetivamente apresente toda uma realidade favorável à sua concretude por via de condições e recursos adequados. Mas independente de ser ou não a realidade desejável, é fato que avanços foram alcançados se comparado há tempos passados em que era comum portadores de necessidades “excluído da sociedade, sendo mantido somente dentro de sua casa; além de não receber nenhum tipo de educação e de não participar de contatos ou atividades sociais, muitas vezes sendo até mesmo maltratado” (FOGAÇA, 2015, p. 1).

Na perspectiva da consolidação da inclusão, o papel institucional é de suma importância e o professor que é o profissional operacionalizador da ação, se constitui fundamental e para isso estar habilitado para lidar com essa realidade é situação *sine qua non*, pois é um entendimento que se confirma na Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que ao se referir ao sistema de ensino, no referente aos alunos portadores de especiais preceitua que:

Art. 59

(...)

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Embora, essa conduta esteja assegurada em lei, realidade alvo de dispositivos legais tanto na questão estrutural como nas práticas pedagógicas, vê-se ainda com certa frequência informações que circulam no universo teórico - por parte de estudiosos preocupados com a efetividade de um ensino que conduza os referidos portadores de necessidades a conhecimentos que lhes ampliem as percepções acerca da realidade que os cercam -, mostrando o distanciamento entre o que se discursa e o que se concretiza. Esse pensamento é fruto de concepções como as propagadas por Silva e Retondo (2008, p. 28) dizendo que:

De um lado, os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalhar com crianças que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na

medida em que têm calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atendem.

Depreende-se que lidar com esse público demanda que num primeiro momento esses profissionais se despertem sob um espírito transformador, com um olhar altruísta para as diferenças que faz desses alunos portadores de necessidades especiais, e numa sequência de importância igual, que se municiem de informações que os habilitem, de forma a se tornarem “atentos para propostas pedagógicas que auxiliem no melhoramento de suas concepções e fazeres escolares”. (SILVEIRA e SOUZA, 2011, p. 37).

É fato que é o novo que se apresenta trazendo dificuldades que só podem ser superadas por via do conhecimento, e esse entendimento ecoa quase na totalidade dos pensamentos dos estudiosos, o qual pode ser ilustrado nas concepções de Freire (1996, p. 37) que argumenta:

A educação trás consigo um coeficiente muito grande de esperança. Ela pode transformar a realidade a depender de como a aplicamos e da maneira que a concebemos. Não significa dizer que o método utilizado fará com que cada criança aprenda da mesma forma, ou que sequer venha aprender alguma coisa posta em sala de aula. Trata-se de possibilitar ao educador, ao menos, um conhecimento prévio acerca de métodos aplicados em turmas heterogêneas. Para tanto, torna-se indispensável a capacitação do profissional da educação para que tenha a real condição de fazer a mediação do conhecimento tanto para alunos normais quanto para portadores de algum tipo de deficiência.

A preparação por parte dos profissionais atuantes junto a esse público é algo incontestável, mas é preciso também que se dê relevo à necessidade das instituições se estruturarem para esse fim, bem como a sociedade como um todo, no âmbito das relações, da acessibilidade, da esfera política – legislativa e executiva –, engajamento das diferentes áreas do saber, e de órgãos competentes a frente de projetos consolidadores da inclusão, a exemplo da portaria nº 1.793/94, indicada pelo MEC, que inclui a disciplina *Aspectos éticos-políticos-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais*, em cursos de graduação voltados para formação de docentes.

Registra-se que o processamento do Atendimento Educacional Especializado consiste em criar e selecionar os recursos pedagógicos e de acessibilidade, com vista a minimização ou erradicação das barreiras em prol da construção de visões críticas dos alunos, levando-se em consideração suas necessidades específicas. Ressalta-se que as atividades em meio as dificuldades decorrentes das limitações desses alunos, processar-se-á, alinhada com uma formação que possa resultar na autonomia e independência no universo intra e extramuros institucionais.

É fato que a qualificação profissional para o lidar com alunos portadores de necessidades especiais é uma realidade que muito ainda precisa ser feito, mas é fato também que pela diversidade de demandas que surge no cerne desse público o aprimoramento terá que ocorrer de forma contínua, posto que o visível desalinhamento com o exercitar da cidadania requer ostensiva e ininterruptas ações. Essa realidade solicita esclarecimentos no sentido de dar visibilidade para o fato de que é algo grande demais para que um segmento social apenas dê conta, é preciso que as ações sejam coletivas abrangendo desde as relações micro- familiar -, a sociedade em sua totalidade.

Atendo-se aos professores, registra-se a necessidade de que as práticas pedagógicas precisem sejam inventivas, que sejam calcadas no poder ético-criativo desses profissionais, posto que a heterogeneidade desse público deve ser trabalhada em salas multifuncionais, de forma a oferecer a flexibilidade que facilite o acesso ao currículo por aqueles cuja aprendizagem é dificultada devido a alguma limitação da esfera física ou mental. Isso é dar conforto no asseguramento dos direitos, é viabilizar a inclusão social. Quanto à adequação para o processo ensino aprendizagem junto a esses alunos, Lima (2006, p. 17), esclarece:

A diversidade é norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, ainda, diversidade biológica. Algumas dessas diversidades provocam impedimentos de natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas (as comumente chamadas de “portadoras de necessidades especiais”). Como toda forma de diversidade é hoje recebida na escola, há a demanda óbvia, por um currículo que atenda a essa universalidade.

Indiscutivelmente, o projeto de inclusão, traz em suas bases o direito constitucional da “Educação pra todos”, realidade que repercute no fortalecimento da identidade individual e coletiva daqueles que são alvo dessa ação. Nesse norte a afirmação de que há necessidade premente de municiar esse segmento de alunado com conhecimento que resulte na inclusão escolar e social, é correta, como também que demanda um conjunto de situações e ações. Sobre isso as expressões a seguir são esclarecedoras.

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os estudantes. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos

transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações<sup>6</sup>.

A inclusão social é uma resposta educativa à diversidade e se consolida quando ecoa na mudança de mentalidades, no despertar crítico daqueles que foram a causa de esse existir, se constituindo, portanto, um positivo desafio, tendo inclusive sua grandeza quando demanda somação de esforços de diferentes segmentos sociais. (FREIRE, 2005),

Assim, abrindo de visões maniqueístas, de radicalismo saturando o sistema, inclusive reconhecendo que o processo ensino-aprendizagem junto aos alunos portadores de necessidades especiais, apresentou avanços no alinhamento com a inclusão, desde a produção teórica, práticas pedagógicas à políticas públicas afirmativas, sendo inclusive garantida, por efetivas legislações próprias, mas primando pela coerência, é fato ainda que se faz necessário concretas ações que abranjam vários campos tais como: estruturais, pedagógicas e de capacitação de professores no que se diz respeito a lidar com situações corriqueiras do dia-a-dia de sala de aula. Demanda esforços mútuos.

---

<sup>6</sup> BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva*. MEC/SECADI, 2005. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192). Acesso em 13 nov 2015

## **CAPÍTULO 2: DIAGNÓSTICO**

Em se tratando de inclusão no município de Aracaju, de acordo com Matos (2007, p. 85), até a década de 1990 encontrava-se alheio às mudanças e aos debates referentes à educação inclusiva, restrito a um modelo assistencialista e clínico em detrimento ao educativo. Ainda de acordo com Matos (2007, p. 92), entre 1979 e 2001 o município recebeu investimentos para capacitação de recursos humanos mas acabou beneficiando apenas os professores do ensino regular ao invés de beneficiar o ensino especial.

O fato é que até o presente momento não há uma estrutura física, nem de pessoal, tampouco de recursos apropriados para lidar com este público. Existe, inclusive, um aparato referente a documentos que obrigam a inclusão, mas que, na prática, não passa de dados estatísticos para o Governo. As escolas regulares são obrigadas a aceitar crianças com os mais diversos tipos de distúrbios, em todos os graus possíveis e existentes, mas não conseguem de fato realizar uma inclusão educativa. O professor em sala de aula não apresenta competência para desenvolver as atividades sem um suporte adequado. A seguir veremos o que de fato acontece em uma escola da capital sergipana.

### **Estudo de Caso**

Para se ter uma escola inclusiva, necessita-se que as práticas de ensino e o envolvimento humano estejam no âmago de todos os esforços de mudança da comunidade escolar. O presente P.I. foi baseado em estudos na EMEF BEBÉ TIÚBA e, por se tratar da escola em que atuo como professora fiz uma profunda observação de campo referente à Inclusão Social além de ter sido feita uma pesquisa documental a fim de identificar o posicionamento da escola frente ao mesmo assunto.

A estrutura da escola denota uma certa negligência por parte dos gestores. O espaço é cedido do estado e é uma estrutura anexa ao Colégio Estadual Presidente Médice. Existe um amplo espaço com pouco aproveitamento. As salas são grandes, porém pouco iluminadas e ventiladas; não possui sala de recursos nem profissionais capacitados para atender a demanda de crianças especiais; as janelas de algumas salas são baixas o que facilita o acontecimento de alguns incidentes; os pouco ventiladores que existem são empoeirados o que viabiliza o surgimento de algumas doenças, principalmente para as crianças já fragilizadas. Não existe um parquinho para as crianças brincarem na hora do recreio, tampouco alguém para olhá-los

enquanto os professores estão descansando, fato este que proporciona muitas vezes acidentes e outras situações desagradáveis.

Foram analisados o Regimento Interno e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Bebé Tiúba. O PPP visa à inserção da criança em um ambiente acolhedor e educativo, proporcionando à criança espaço para os estudos e para o lazer. Tendo como base a LDB, quaisquer decisões relativas ao bem-estar e ao bom desenvolvimento educacional estarão voltadas a esta legislação.

Foi observado que os Conselhos Tutelares são citados como apoiadores e representantes atuantes da comunidade para uma participação ativa no processo educacional das crianças e adolescentes na garantia de seus direitos. Diversos Projetos foram elaborados e desenvolvidos neste ambiente escolar tais como Boa alimentação; Todos pela paz; Horta na escola; Ler é um prazer e Reforçando a aprendizagem.

O desenvolvimento de projetos no ambiente escolar proporciona a efetivação do proposto no PPC, além de possibilitar conhecimentos sobre os temas transversais aos estudantes. As aquisições financeiras são através do FUNDEB, PNAE, PDDE, PREFIN e com eventos para arrecadação de verbas. Além das metas e objetivos a alcançar pela equipe pedagógica, é propagada a importância da articulação com a família e com a comunidade escolar para atingir o progresso educacional, a valorização da cultura local, os temas transversais e a inserção de alunos especiais no âmbito educacional.

O Regimento Interno proporciona um amparo legalista ao território e a todos que compõem a Instituição de Ensino. Nesta escola, o trabalho é voltado para a Educação Básica, atendendo a crianças de até 5 anos no Ensino infantil e o Ensino fundamental com duração de 9 anos. A escola também abre portas para a inclusão atendendo ao público com necessidades educacionais especiais, inserindo-os de forma igualitária e adequada respeitando seus direitos e a base legal brasileira. O Regimento disponibiliza diretrizes para o ano letivo a exemplo: do horário escolar, da matrícula e suas fases, do planejamento pedagógico e do projeto político escolar, do processo de avaliação e suas especificidades, da gestão escolar e expõe responsabilidades dos docentes, discentes e colaboradores em geral. Preconiza que o ambiente escolar deve ser utilizado por todos que constroem a Instituição e a relevância do papel da família dos discentes.

Vale ressaltar que, na análise feita, foi constatada uma inconformidade entre a teoria e a prática nesta Escola demonstrando que as ideias se concretizam muito bem no papel. Já a efetivação na realidade cotidiana se torna uma situação um tanto complexa, pois o sistema educacional esbarra em percalços que, em muitos casos, são difíceis de solucionar.

Faz-se necessário destacar um relato de experiência ocorrido nesta escola com uma criança portadora de autismo em seu grau mais severo. Para efeito de pesquisa, o chamaremos de Leonardo. Esta criança frequentou o ano anterior (2014) na expectativa de chegar uma professora que pudesse acompanhá-lo nas atividades, visto que a professora sozinha não consegue fazer esse trabalho com a devida qualidade por conta das outras crianças para serem acompanhadas. Enquanto a professora não chegava a mãe se disponibilizou para ajudar à escola nesse trabalho e ficou sendo a “professora” do filho. Acabou o ano e a promessa não se cumpriu. Neste ano de 2015 a mãe o matriculou novamente e disse que não mais ficaria com o filho na sala de aula. Ela foi orientada que a criança estava sendo prejudicada por não diferenciar o espaço escolar da casa, já que a mãe era a professora. Ele acreditava que a escola era a extensão de sua casa. A escola mais uma vez pediu pra que ela aguardasse que viria uma professora para ajudá-lo nas tarefas escolares. Como a mãe já tinha passado um ano inteiro aguardando uma professora que nunca chegou, ela passou a não levá-lo pra escola até que tomassem alguma providência. E até o final do ano Leonardo ficou sem aula e sem acompanhamento através de salas de recurso pela deficiência do sistema. A mãe entrou com um processo junto ao Ministério Público solicitando, ao menos, um cuidador já que a condição do seu filho é bastante delicada pois apresenta uma certa agressividade, e necessita de um material específico de aprendizagem que só alguém especializado poderá ministrar. Até o presente momento não obtivemos nenhum retorno e a criança está afastada do ambiente escolar. Fato este que só piora sua socialização e notadamente não estão sendo colocados em prática seus direitos.

Em qualquer modelo de educação, a sala de aula se faz presente, pois significa a pertença em um determinado grupo social. Realizar atividades em grupos heterogêneos possibilita a troca de experiências e a prática da tolerância e do respeito às diferenças. Quando isto é retirado da criança, provoca uma lacuna gigantesca no seu desenvolvimento. O que foi relatado acima é a total ausência de Direitos Humanos e uma certa indiferença por parte da escola.

Dando continuidade, entendemos que nosso plano de intervenção proporciona uma investigação salutar para que possa ocorrer mudanças efetivas na prática escolar.

Existem nove princípios para que se consiga uma efetiva mudança a partir de uma reorganização escolar. Tomlinson; Alan (2002 apud SERRANO, 2008, p. 1) elenca-os:

A mudança é imperativa nas turmas de hoje; A mudança nas escolas deve ser polarizada nas práticas de intervenção pedagógica que se

desenvolvem na sala de aula; Para que as escolas se transformem naquilo que deveriam ser, necessitamos de uma mudança de natureza sistêmica; A mudança é difícil, lenta e incerta; As mudanças de natureza sistêmica passam pelo modo como se lidera e se administram as escolas; Para mudar as escolas temos de mudar a cultura das escolas; As obras daqueles que detêm responsabilidades neste campo fala mais alto do que as suas palavras; Os esforços da mudança necessitam de estar relacionados com mudanças mais amplas; Os responsáveis pelas mudanças deverão promover uma orientação baseada nos resultados.

Fica muito clara a necessidade de uma mudança sistêmica nas escolas, inclusive das dificuldades que serão encontradas no percurso. Ressaltamos a necessidade de uma postura diferenciada das lideranças escolares e do ambiente escolar. Os professores precisam também dar respostas adequadas e fazer necessárias intervenções que envolvam situações adversas e até mesmo singulares da aprendizagem.

A escola apresentada, EMEF BEBÉ TIÚBA, contém características que destoam em partes de uma escola inclusiva. Não tem em sua estrutura física as condições necessárias para acessibilidade, tampouco oferece tecnologia assistida para as crianças especiais; apresenta um material pedagógico único, sem nenhum recurso extra para aqueles que apresentam particularidades; não é oferecido para a equipe pedagógica cursos de aperfeiçoamento na área de educação especial. No que tange à gestão, a Prefeitura Municipal de Aracaju suspendeu a gestão democrática optando por votação por Conselho Escolar. É composta por 250 alunos, 1 diretora, 1 coordenadora pedagógica, 1 secretária, 11 professores em sala de aula, 4 professores atuando como suporte pedagógico, 2 professoras atuando como reforço escolar, 3 integrantes da Empresa Estrela, atuando como apoio de serviços gerais, 2 porteiros e 2 merendeiras. Sua estrutura é cedida pelo Estado e não apresenta boas condições. Existe uma proposta de restauração para os próximos meses, já com projeto de abertura de novas turmas.

Depreende das informações pautadas neste material, que a escola em alvo das observações contempla inúmeros problemas que carecem de solução, cujas situações têm prejudicado a otimização dos resultados junto a clientela usuária dos serviços. Salienta-se que considerando ser as práticas pedagógicas, figurar a ponta da lança - efetividade das condutas de inclusão -, e que, portanto, a ação que dá visibilidade ao produto que é ofertado aos alunos na relação ensino-aprendizagem, que dentre as questões que requerem recondução, ser as ações e prol da qualificação/aprimoramento do corpo docente a que imprime um caráter de urgência, no sentido de capacitá-los para dar conta das demandas apresentadas pelos alunos portadores de necessidades educacionais especiais na perspectiva da educação inclusiva.

## **CAPÍTULO 3: PROJETO DE INTERVENÇÃO**

### **1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:**

Escola: **EMEF. Bebé Tiúba**

### **2. TEMA:**

As práticas pedagógicas no processo de inclusão na sala de aula regular dos alunos com Necessidades Educativas Especiais.

### **3- JUSTIFICATIVA:**

Diante da necessidade de se fazer cumprir a inclusão social posta na forma de Lei, foi levantada uma situação recorrente na sala de aula regular: como trabalhar com alunos especiais se a escola não dá as condições necessárias para se ter um efetiva aprendizagem?

Para responder essa pergunta, foi elaborado um plano de intervenção na unidade escolar regular EMEF Bebé Tiúba que oferece um ensino inclusivo, para atender aos professores do ensino fundamental I (séries iniciais) que reclamam da falta de capacitação e orientação para lidar com um público especial.

Antes de iniciar a explanação, devo fazer uma interferência no sentido de proteger os professores que não agem de acordo com o que será posto visto que eles expressam aquilo que é vivenciado pela sociedade. A equipe pedagógica pode ser responsabilizada quando não dá o suporte adequado, “jogando” o professor dentro de uma sala mista, principalmente quando este é leigo em Educação Especial.

Postas essas ressalvas pode-se dar início ao plano propriamente dito.

O primeiro passo é a capacitação dos professores. Este item é muito importante para aliviar os medos e angústias que povoam a sala de aula, além de dá-lo autonomia quando ele próprio elabora suas práticas pedagógicas diante da necessidade do seu aluno. Desta forma eliminará a sensação de incompetência destes professores, acreditando que apenas os especialistas são capazes de promover uma educação inclusiva de qualidade.

Assim, atribui-se ao professor a dimensão criativa, a relação com o outro de uma maneira mais íntima. A realidade da sala de aula será vista com maior propriedade por quem

vivencia dia a dia e o diagnóstico será feito de várias maneiras, a partir das diversas atividades postas em sala de aula.

Outro ponto muito importante no plano de intervenção são os ajustes estruturais na escola. Acredita-se que o ambiente escolar seja aquele que mais necessita de interferência no campo da acessibilidade.

Diversas são as situações que podem comprometer a interação dessas crianças com o meio, isto inclui adequação de infraestrutura, dos procedimentos de ensino, da proposta pedagógica, preparação dos seus recursos humanos, dos procedimentos de ensino, preparação dos seus recursos humanos (administração, professores e funcionários), integração entre escola e família.

A família do aluno com necessidades educativas especiais é a principal responsável pelas ações do seu filho com necessidades especiais, visto que é ela quem lhe oferece a primeira formação. Na integração/inclusão escolar, o aluno com apoio dos profissionais e da família, poderá adquirir competências ainda maiores, se tiver um envolvimento como a "parceria".

É preciso que todos (família/sociedade/escola) tenham consciência de que alunos da Educação Especial: são vivos, sentem, observam, têm as mesmas necessidades que outros alunos e não se pode confiná-los num mundo à parte. Infelizmente, o deficiente, o diferente é produzido pelo ambiente de carências afetivas, sociais, econômicas... "Nem um louco, nem um bobo"... Mas um ser humano que requer talvez mais carinho/ atenção que outros "ditos normais".

### **3- OBJETIVOS:**

#### **Geral:**

- Desenvolver ações junto aos docentes no sentido de refletirem suas práticas durante as abordagens pedagógicas no contexto dos alunos portadores de Necessidades Educativas Especiais, com vistas a efetividade da Educação Inclusiva.

#### **Específicos:**

- Discutir sobre o que é efetivamente uma escola inclusiva, através de pressupostos legais sobre as medidas escolares includentes e excludentes;

- Implementar ações que contribuam para a inclusão
- Expor recursos facilitadores no processo de aprendizagem de crianças com necessidades educativas especiais;
- Organizar atividades que favoreçam o uso das tecnologias assistivas;
- Desenvolver a autonomia e autoconfiança do professor;

#### **4- METODOLOGIA:**

O presente PI será realizado através de Palestras Educativas, Oficinas Pedagógicas para confecção de recursos, Minicursos, Projeção de filmes, Encontros de professores para debater sobre o tema e, por fim, uma grande Confraternização com todos os envolvidos.

As Palestras Educativas e a Projeção de filmes farão parte de um ciclo de capacitações que vão desde as informações sobre nossas crianças portadoras de necessidade especiais até indicações de tratamentos e terapias.

As Oficinas Pedagógicas para confecção de recursos, assim como os Encontros com os professores e os Minicursos serão os pontos chave pois viabilizará um estreitamento de laços e de informações e funcionará como uma espécie de treinamento para os professores, podendo estar tirando dúvidas e agregando conhecimentos.

Por fim, uma grande Confraternização com a comunidade escolar com uma avaliação dos resultados.

#### **5. CRONOGRAMA**

| <b>ATIVIDADE</b>   | <b>PERÍODO</b>   |
|--|------------------|
| Elaboração da Plano de Intervenção   | Agosto-Fevereiro |
| Reunião<br>para exposição do plano aos Docentes)                               | Março            |
| Execução do Plano de intervenção<br>(Desenvolvimento das atividades propostas) | Março- Abril     |
| Avaliação dos resultados   | Maio             |

## 6. RECURSOS:

| HUMANOS  | FINANCEIROS  |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor de sala de aula</li> <li>• Professor da Educação Física</li> <li>• Coordenadores da escola</li> <li>• Suporte pedagógico</li> </ul> | Materiais pedagógicos diversos, equipamentos, adaptações para facilitar acessibilidade adquiridos via SEMED, PDDE, PDE e PREFIN. |

## 7. PARCERIAS:

- Terapêutica ocupacional;
- Oftalmologista
- Professor de Educação Física
- Psicólogos
- Psicopedagogos.
- Familiares
- Comunidade
- Coordenadores da Escola,
- Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação - COESP
- Técnicos do Centro de Referência em Educação Especial.

## 8- AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS:

O processo de avaliação será qualitativo e processual, observando a participação dos docentes em todas as ações desenvolvidas durante a execução do plano de intervenção, bem como uma mudança de comportamento com relação à inclusão social. Será realizado através de um mesmo questionário a ser respondido em dois momentos: antes e depois da execução do PI. Haverá uma análise comparativa entre ambos e, em seguida, a divulgação dos resultados esperados e dos resultados alcançados.

**9- RESULTADOS ESPERADOS:**

Espera-se como resultado deste plano os docentes da unidade escolar EMEF Bebé Tiúba supere as dificuldades apresentada referente ao processo de inclusão, com isso possam contribuir para a melhoria do processo ensino aprendizagem, socialização e na qualidade de vida dos alunos com necessidades Educativas especiais e o exercício pleno de sua cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo elaborado para conclusão de curso, foi possível observar dentre os diversos autores que foram utilizados para fundamentar este trabalho todo o processo histórico da Educação Especial no Brasil. Os mesmos ajudaram a nos levar a fazer uma reflexão sobre a inclusão escolar dentro de uma perspectiva da educação inclusiva, entendendo melhor como acontece o processo ensino- aprendizagem das pessoas sendo assim um desafio para o educador pós-moderno, comprometido com a educação.

A escola enfrenta um desafio: conseguir que todos os alunos tenham acesso à aprendizagem básica, por meio da inclusão escolar de todas as crianças, respeitando as diferenças culturais, sociais e individuais.

Segundo Maria Teresa Eglér Mantoan (1997), diz está convicta de que todos nós, professores, sabemos que é preciso expulsar a exclusão de nossas escolas e mesmo de fora delas e que os desafios são necessários, a fim de que possamos avançar, progredir, evoluir em nossos empreendimentos.

Desta forma, consideramos que nos educadores responsáveis pelo saber-fazer em seu contexto educacional, formaremos alunos críticos, reflexivos que irão superar a barreira da exclusão e transformarão sociedade.

Portanto as mudanças são fundamentais para inclusão, mas exige esforço de todos possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimento, deixando de existir a discriminação de idade e capacidade. Para isso, a educação deverá ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, e todo aluno, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso exige do professor uma mudança de postura além da redefinição de papéis que possa assim favorecer o processo de inclusão.

Para que a inclusão seja uma realidade, será necessário rever uma série de barreiras, além da política e práticas pedagógicas e dos processos de avaliação. É necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno. Devemos utilizar novas tecnologias e Investir em capacitação, atualização, sensibilização, envolvendo toda comunidade escolar. Focar na formação profissional do professor, que é relevante para aprofundar as discussões teóricas práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo ensino

aprendizagem. Assessorar o professor para resolução de problemas no cotidiano na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos.

Neste trabalho foi possível ver a importância do atendimento educacional especializado como um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que elimina barreiras para a participação plena dos alunos, considerando suas necessidades específicas, é um apoio que complementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Concluimos que para o processo de inclusão escolar é preciso que haja uma transformação no sistema de ensino que vem beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues . *O que é educação* . 17. ed . São Paulo : Brasiliense. 1986. (Coleção primeiros passos ; 20 )

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069*, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 5.692*, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394*, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva*. MEC/SECADI, 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192)>. Acesso em 13 nov 2015

BRASIL. Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 3.298*, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 7.853*, de 24 de outubro de 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais* . Brasília : MEC/SEF , 1997.

CAMARGO, Aline Vilela de; MICHELON, Nilva. *Inclusão no ambiente escolar*. [2015]. Disponível em: <<http://edespecial-neuropsicopedagogia.blogspot.com.br/2015/09/inclusao-no-ambiente-escolar.html>>. Acesso em 12 de dez 2015.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo, 1996.

CORREIA, L. *Educação Especial e Inclusão - Quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo*. Porto Editora, Porto, 2003.

DALL'ACQUA, M. J. C. *Estimulação da visão subnormal de uma criança no ambiente escolar: estudo de caso*. Tese de doutorado em Educação. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos 1997. Disponível em: <[http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v5\\_artigo05\\_educacao.pdf](http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v5_artigo05_educacao.pdf)>. Acesso em 02 fev 2016

FACION, J. R. *Inclusão escolar e suas implicações*. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2009.

FOGAÇA, Jennifer. *Educação inclusiva*. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/educacao-inclusiva.htm>>. Acesso em 12 nov 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa..* São Paulo, SP. Paz e Terra (Coleção Leitura), 31 ed., 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio . *A produtividade da escola improdutivo : um (re)exame das relações entre a educação e estrutura econômico – social e capitalista*. 4.ed. São Paulo: Cortez , 1993.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas. Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.

KASSAR, Monica de Carvalho Guimarães. *Deficiência Múltipla e educação no Brasil. Discurso e Silêncio na história dos sujeitos*. Campinas. Autores Associados, 1999.

LIMA, Elvira de Souza. “Currículo e desenvolvimento humano”. In: MOREIRA, Antonio Flávio e ARROYO, Miguel. *Indagações sobre currículo*. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nov. 2006, p.11-47.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 2 ed. São Paulo: Cortez; 1999.

\_\_\_\_\_. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, Eliezer Nolasco. *A educação frente ao processo ideológico-político*. Rio de Janeiro: Mandacaru, 1980.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. *Reforma Capanema*. [2001]. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/reforma-capanema/>>. Acesso em 02 fev 2016.

MANTOAN, M. T. E. *A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memmon, Editora SENAC, 1997

OLIVEIRA, Romualdo Portela de [org]. *Política educacional: impasses e alternativas*. São Paulo: Cortez , 1995.

PACHECO, Kátia Monteiro De Benedetto; ALVES, Vera Lucia Rodrigues. *A História da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma*. Acta Fisiátrica, v. 14, n. 4, 2007. Disponível em: <[http://www.actafisiatrica.org.br/detalhe\\_artigo.asp?id=184](http://www.actafisiatrica.org.br/detalhe_artigo.asp?id=184)>. Acesso em 12 dez 2015.

PERANZONI, V. C.;FREITAS, S. N. O contexto escolar e a síndrome do autismo: implicações teóricas e práticas. *Anais. III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial*, v. 2. 1988, p. 237-241.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. *Revista de Educação do Ideau*. v. 5, n. 12, Jul – Dez, 2010. Disponível em: <[http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168\\_1.pdf](http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168_1.pdf)>. Acesso em 03 fev 2015.

ROMANELLI , Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil ( 1930 – 1973)*. 17. ed. Petrópolis : Vozes , 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença. Oficina do CES*. n. 135 - 1999: Publicação seriada do Centro de Estudos Sociais. Coimbra. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf>>. Acesso em 12 nov 2015

SASSAKI, Romeu Kazumi. *A educação especial e a leitura para o mundo: A mídia*. Campinas, 1997.

\_\_\_\_\_. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. 5.ed. Rio de Janeiro:, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Educação, ideologia e contra-ideologia*. São Paulo: EPU. 1996.

SHEPPARD, Michael. *Social work and social exclusion: the idea of practice*. Aldershot: Ashgate, [2006]. In: BORBA, Andreilcy Alvino; LIMA, Herlander Mata. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Revista Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 106, abr./jun. 2011. p. 219-240. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a03.pdf>>. Acesso em 23 dez 2015.

SILVA, G. M.; RETONDO, C. G.; Resignificando a formação de professores de Química para a educação especial e inclusiva: uma história de parcerias. *Revista Química Nova na Escola*, n.30, nov. 2008. p. 27-33,

SILVEIRA, H.E; SOUSA, S.F. Terminologias químicas em Libras: a utilização de sinais na aprendizagem de alunos surdos. *Química Nova na Escola*, v. 33, n. 1, 2011, p. 37-38.

TOMLINSON, C.; Allan, S. (2002). *Liderar projectos de diferenciação pedagógica*. Porto: Edições ASA. In: SERRANO, Jorge. Percursos e práticas para uma escola inclusiva. [2005]. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6981/2/Tese%20de%20Doutoramento.pdf>>. Acesso em nov, 2015.

**ANEXOS**

## Anexo 1- DOCUMENTO BASE PARA CONSTRUÇÃO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DE ARACAJU - EDUCAÇÃO ESPECIAL.

O documento base de análise para construção de uma política voltada a Educação Especial na cidade de Aracaju tem como meta: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A evolução de matrículas na educação especial no município de Aracaju. Entre 2010 e 2014, houve um aumento de 5,5% no número de matrículas na educação especial. Destes, a rede municipal apresentou maior evolução, com um aumento de 203,1% de novas matrículas, ao passo que a rede estadual e as escolas privadas apresentaram redução de 6,3% (rede estadual) e 13,3% (escolas privadas). A rede federal em Aracaju possuía apenas 2 (duas) matrículas de educação especial. Mesmo com o considerável crescimento de matrículas na rede municipal, ao analisarmos o ano de 2014, identificamos que, dentre os 1.752 alunos matriculados, 46,4% estavam na rede estadual, 22,48% na rede municipal, 30,99% na rede privada e 0,11% na rede federal.

### **Estratégia do PME:**

1) Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com a atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

2) Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação,

observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; 63

3) Implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais, assim como implementar as já existentes e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas;

4) Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos não só a família e o aluno, como também observado o diagnóstico médico;

5) Criar Centro Público de Referência em Educação Especial, em parceria com as áreas de Saúde e Assistência quanto à responsabilidade pelos profissionais, considerando equipe mínima habilitada em: psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia, assistência social e psicopedagogia, para avaliação e atendimento;

6) Ampliar a adesão aos programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;

7) Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos (as) e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos art. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

8) Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado; 64

9) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

10) Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em parceria com órgãos responsáveis;

11) Promover o desenvolvimento, através de parcerias e pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;

12) Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida; 13) Ampliar equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e encaminhamentos de estudantes com altas habilidades ou superdotação aos órgãos responsáveis, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues; 65

14) Articular, junto ao Ministério da Educação, nos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos;

15) Incentivar a inclusão, nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do

desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, conforme o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal;

16) Promover e ampliar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

17) Promover e ampliar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, à participação e à aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

18) Promover e ampliar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;

19) Garantir que, no PPP das instituições de educação básica, esteja clara a definição do processo de inclusão escolar nas etapas e modalidades de ensino, em consonância com as Leis de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

20) Garantir ao aluno com deficiência a flexibilização curricular na educação básica;

66

21) Viabilizar a aplicação anual dos testes de acuidade visual e auditiva aos alunos da educação básica, em parceria com os órgãos de Saúde e Assistência, a fim de detectar problemas e oferecer encaminhamentos necessários;

22) Estabelecer parcerias com entes federados para o fornecimento de computadores de uso individual para aqueles alunos que tenham a tecnologia assistiva como única via facilitadora da aprendizagem;

23) Exigir o cumprimento dos dispositivos legais, quanto à distribuição, pelas editoras, quando necessário, de livros falados e livros com caracteres ampliados, além da comunicação alternativa suplementar para os alunos que apresentam necessidades sensoriais e motoras, para tornar disponíveis esses materiais nos estabelecimentos de ensino, através dos programas existentes;